

Admiráveis e ferozes?

Mulheres, Militância e Memória.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier.

Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Mulheres, Militância e Memória é um livro raro. Tanto no que se refere a seu objeto empírico - os relatos da participação na luta armada dos anos 70 e o encarceramento de treze prisioneiras políticas do regime militar - como na escolha da abordagem do tema da memória coletiva através de histórias de vida. É um relato sobre o processo de construção da memória de um grupo específico, em que a condição de sexo é o recorte dentro a categoria mais ampla dos militantes daquela época. Assim, a análise que vemos se desenrolar diante dos olhos e do espírito é a da dimensão de gênero combinada à de geração como o fio condutor que ilumina os depoimentos pungentes da experiência desses sujeitos.

O livro é um duplo de análise antropológica e de memorial dos "anos de chumbo" do Brasil. Funciona como uma peça indispensável para a fabricação de testemunhos sobre o passado do país, integrando-se ao esforço dos que buscam construir uma reflexão sobre os múltiplos aspectos desse período e resgatá-los. Nesse sentido, é uma obra que não apenas interessa aos profissionais do ofício do conhecimento social como àqueles que, digamos, leigos, gostam de conhecer os arquivos da história da sociedade em que vivem.

O trabalho que competentemente mostra Elizabeth Xavier Ferreira é a revelação de que a capacidade de enunciar um discurso não resulta da simples disposição/desejo dos atores em fazê-lo. Como já aventara Halbwachs no seu clássico *A Memória Coletiva* (São Paulo, Vértice,

Editora Revista dos Tribunais, 1990), a atividade de rememorar, ainda que sejam as lembranças mais pessoais, está inextricavelmente emaranhada num contexto social, o qual oferece as balizas para o pensamento se exercitar e montar um quadro coerente dos fatos passados e dos estados de espírito a ele ligados. Elizabeth Ferreira dá um passo adiante nesse raciocínio ao indicar que a memória requer não só um tempo para ser enunciada, como demanda uma audiência. Ela se produz e se concretiza na interrelação entre os que precisam falar e a possibilidade de alguém poder ouvir.

A autora mostra-se extremamente criteriosa ao apontar aquilo que pode ser discernido como características mais gerais do período (geração) e da inserção de classe das personagens envolvidas e o que resulta como dimensão propriamente individual nesses trajetos de vida tão singulares. O livro todo é pontuado por essa preocupação: em que medida os sujeitos reagem a certas situações sociais buscando estilos de enfrentamento da realidade tão adversa como a clandestinidade, a prisão e a tortura?

Elizabeth equaciona de que modo foi imposto a esses indivíduos uma gestão de si em que autocontrole e desprendimento da vida anterior são centrais para a redefinição de suas identidades em situações que exigiam adaptação a mudanças abruptas (p.143). O modo como essas mulheres administraram a atividade militante, vida pessoal e a auto-imagem é o cerne da obra em questão. Essa problemática se insere numa vertente da análise sociológica em que o ator social e suas peculiaridades são centrais para a compreensão de um fenômeno coletivo, retirando sua inspiração teórica da tradição weberiana, do interacionismo simbólico, temperada por preocupações de uma história oral de qualidade. Não resta a menor dúvida que a escolha teórica é das mais bem sucedidas para a questão que interessa à autora.

O livro, contudo, detém-se muito na tessitura dessas considerações analíticas e assim

demora a deslanchar. As perorações sobre os cuidados com as entrevistas poderiam ser mais sintéticas. O(a) leitor(a) ávido(a) só é satisfeito(a) com os primeiros dados à pág. 108, e ainda assim tem que transpor mais um prólogo. Resta a sensação forte de que uma outra estratégia de apresentação dos argumentos tornaria o livro mais atraente de se ler. Um ponto a seu favor e que em verdade engrossa a parte inicial da obra é uma cronologia dos anos de chumbo refrescando a memória dessa etapa de obscurantismo político do país.

Como são treze depoentes e a técnica difundida entre os oficiantes da prática antropológica é usar nomes fictícios, o leitor tenta montar o quebra-cabeças de quem são essas mulheres, de certo modo já públicas. É inegável que tal cuidado resulta em benefício para a confidencialidade (parcial) das identidades reais das personagens, uma vez que sob o signo do gênero está-se lidando com esferas da vida privada e, em particular, a vida sexual e a intimidade dessas pessoas.

Vale mencionar, no entanto, que nem todas as biografias mereceram o mesmo tratamento. Há áreas de sombras nos depoimentos, que a análise abdica de investigar, entre estas a das carreiras afetivo-sexuais das protagonistas, que, em sua grande maioria, apresentam uma certa estabilidade de vínculos com os parceiros. Este tema requer uma explicação, sobretudo no cenário da época.

O melhor retrato daqueles tempos vem de Hercília. "Entre para a faculdade em 1967 e em 1970 já estava presa, já tinha rompido com a família e saído de casa. Já tinha perdido a virgindade. Tudo aconteceu muito rápido" (p. 126). Este trecho revela com nitidez aguda o pano de fundo dos anos 60 no Brasil: o vigor e entrelaçamento de transformações que incidiam simultaneamente sobre o campo político e o dos costumes. As relações entre os gêneros estavam sendo modificadas pela entrada significativa da mulher na universidade, no mercado de trabalho e também na política. A revolução sexual debutava na *terra brasílica*: observe-se a menção à perda da virgindade...

Os depoimentos dessas treze mulheres - reunidas pelo aspecto comum do engajamento político e do ônus de serem vítimas da repressão militar - formam um caleidoscópio de trajetórias de vida distintas cujo ponto mais significativo constitui-se numa diferença em relação à própria geração. É salientado o acúmulo e o impacto de experiências vividas em apenas dois anos. O tempo adquire uma dimensão inteira-

mente nova, quando se tem em mente que aquelas jovens possuíam, então, vinte anos.

Temporalidade, no que toca o relembrar, transcurso de uma vida e vivência de uma geração combinam-se com as classificações que traçam os destinos de homens e mulheres. A problemática do gênero aparece de modo distinto na percepção de que dela fazem as diversas entrevistadas: há o caso das duas irmãs pernambucanas, que recusam qualquer distinção entre os sexos como elemento explicativo de suas trajetórias políticas e o caso de outras que não haviam percebido, de modo refletido, a assimetria das relações entre os sexos, mas que dela afinal se dão conta. As tarefas destinadas às mulheres na divisão do trabalho nas organizações de esquerda nem sempre divergiam de uma concepção tradicional do gênero feminino. Anita avalia que a militância igualava homens e mulheres certamente porque elas próprias não se concebiam como mulheres, segundo uma determinação de papel tradicional para o gênero feminino. "De certa forma nós todas que entramos nessa história deveríamos ter essa coisa de olhar para as mulheres com certa condescendência" (p. 129). Ter uma "função histórica" jogava-as para o mundo da transcendência, a esfera do masculino, segundo Simone de Beauvoir. Mulheres que ocupavam espaços e se apoderavam de signos nomeados masculinos.

A autora, tal qual em um concerto, sintoniza as diferentes vozes; em sua análise é conclusiva: "As militantes estavam desempenhando um papel duplamente transgressor enquanto agentes políticos insurgindo-se contra o regime e enquanto gênero rompendo com o padrão vigente" (p. 152). "Mulheres ferozes" segundo a opinião do General Fiúza de Castro, citado no livro. A expectativa de que o sexo feminino seria frágil diante do impingimento da dor física e psíquica faz com que essas mulheres, de fato, rompessem com os padrões esperados para o seu gênero e, de certo modo, essa inversão de papéis induzisse, em determinados contextos, a uma ainda maior virulência da repressão.

Mas o gênero só se faz inteligível com outro critério de classificação social: a classe. As modalidades de inserção apresentam uma certa uniformidade. As militantes são originárias de famílias de camadas médias, dos setores intermediários, por vezes, na fronteira com as camadas populares. É curioso notar que o perfil do capital cultural do meio de origem, e, em particular, o processo de transmissão das convicções políticas na família não oferece uma base consistente para explicar as trajetórias individuais

dessas filhas rebeldes. É bem verdade que, entre os inúmeros processos de transmissão de valores que a vida em família provê e defende, a inculcação de valores políticos é considerada das mais complicadas. Este aspecto se torna particularmente evidente quando se atesta que há experiências de vida em que as discussões sobre o socialismo freqüentavam a mesa de jantar, contrastando com as narrativas que localizam os pais como fascistas. As mães (a de Dalva é uma exceção) aparecem de modo bastante apagado nos relatos; no máximo são como um contraponto de abnegação e servilidade femininas que as filhas pretendem negar como modelo.

A reflexão em torno do gênero tem que sempre levar em conta planos diferenciais onde esse idioma classificatório é utilizado para produzir diferenças. Contextos diversos produzem lógicas diferenciadas, e nesse sentido sinto falta de um contraponto que poderia tornar a análise mais rica: falta uma comparação com o caso argentino. Nessa linha de mencionar três ausências seguem mais exemplos: o clima da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro mereceria maior atenção a escolha das profissões quando não ditadas pelo Partido, como o caso de uma indicação para a enfermagem, deveriam ser interpretadas dentro do quadro de escolha de profissões femininas, e por fim avaliar a correlação entre mulheres em postos de comando nas organizações (presentes nos testemunhos) e uma elaboração mais acentuadamente divergente do seu papel de gênero.

Outro ponto alto do livro de Ferreira é a demonstração de como a atividade política influia na vida privada. Aliás, tal distinção era explodida e reinventada pela clandestinidade.

As organizações deveriam aprovar as uniões, podiam decretar separações e entre esses ditames encontravam-se as estratégias dos casais para sobreviverem enquanto tal. A maternidade vivida de Luzia, que amamentava o bebê diante de "um bando de homens sem jeito" (p. 121), decisão que contrariara a orientação de não ter filhos; e a maternidade em negativo de Joana. Ela jamais a pôde experimentar por ter sido estuprada, engravidada e ter passado por um aborto provocado pela tortura (p. 153).

Os trechos relativos à tortura, assinala a autora, são os que mais revelam silêncios, lacunas e contradições. Nessa prática de testar os limites das pessoas, uma economia de poucos instrumentos permitia aos agentes militares e policiais um uso verdadeiramente perverso. Os estilos individuais aparecem aqui com uma clareza reveladora. O sarcasmo de Bethania e a serenidade *blasée* de Milena, contrastam entre si, assinalando o plano dos recursos individuais para se lidar com uma experiência limite. Mas é justamente Milena quem revela o mecanismo preciso que os torturadores buscavam descobrir na engenharia psíquica de suas vítimas; o ponto frágil onde a suportabilidade desmontaria, para ela, mais do que a morte era mutilação, o que revelava a idéia força de que seria capaz de transpor aquele limiar, para outras era a enunciação de um segredo, como a homossexualidade (caso narrado por uma depoente - p. 147).

Mulheres, Militância e Memória é, assim, uma leitura de sabor amargo mas reconfortante, por demonstrar que o ofício das ciências sociais pode ser tão bem exercido.

MARIALUIZA HEILBORN ■